Conselho, paratexto e política: o papel das dedicatórias na comunicação política portuguesa (1580-1640)

Council, Paratext and Politics: The Role of Dedications in Portuguese Political Communication (1580-1640)

Arthur Feller Rigaud Cardoso

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, PE, Brasil.
arthur.feller.rc@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-2533-7246

Resumo: No presente artigo, analiso o papel das dedicatórias em livros portugueses, produzidos entre 1580 e 1640, destacando sua função como instrumentos de comunicação política no contexto da Monarquia Hispânica. Por meio do exame de dedicatórias dirigidas a reis, vice-reis e membros dos conselhos régios, proponho que esses paratextos não se limitavam a fórmulas de patronato ou exórdio retórico, mas eram frequentemente utilizados para a apresentação de conselhos, propostas e críticas políticas. Esses elementos paratextuais, ao expressarem redes de poder e expectativas sociais, constituem fontes relevantes para a compreensão das práticas políticas e culturais no Portugal moderno.
Palavras-chave: Dedicatórias; Comunicação política; Monarquia Hispânica.

Abstract: In this article, I analyze the role of dedications in Portuguese books produced between 1580 and 1640, highlighting their function as instruments of political communication within the context of the Iberian Union. Through an examination of dedications addressed to kings, viceroys, and members of royal councils, I argue that these paratexts were not limited to formulas of patronage or rhetorical exordia, but were often used to present advice, proposals, and political critiques. These paratextual elements, by expressing networks of power

and social expectations, are valuable sources for understanding political and cultural practices in early modern Portugal.
Keywords: Dedications; Political communication; Hispanic Monarchy.

Os estudos dos "paratextos" na Época Moderna, com especial destaque àqueles elementos que antecedem o livro propriamente dito — como as dedicatórias, prólogos, proêmios e afins —, gozam de um amplo desenvolvimento teórico e metodológico sobre as funções retóricas e sociais de cada um deles.[1] A dedicatória, segundo Gérard Genette, constitui um dos paratextos cuja origem remonta à Roma Antiga, sendo usado como forma de homenagem, por vezes contendo comentários sobre a obra, onde se expressa uma relação de ordem pública em que o leitor é a testemunha.[2] A partir da definição de Genette, os estudiosos tanto se apropriam da categoria dos paratextos quanto buscam desconstruí-la e entendê-la em sua especificidade histórica.

Para Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, a dedicatória, ao lado dos "discursos preambulares", como os prólogos, cartas ao leitor, licenças, entre outros, teriam ação retórica similar à do *exórdio*, cuja função é a de predispor e preparar o espírito do público. Ela se insere em um conjunto de discursos com a finalidade de conquistar o interesse e a benevolência do leitor, exibindo a causa final do discurso que se segue por meio de fórmulas de modéstia, por meio da articulação do preceito da *captatio benevolentiae*.[3] Apresentar-se de forma humilde, ou *rústica*,[4] agiria nesse intuito de aparentar certa "modéstia" para captar o interesse do leitor e elevar a matéria do discurso.

André Sekkel Cerqueira, na esteira de Carvalho, desenvolve a noção de "textos preambulares" em oposição à de "paratextos" para se pensar a produção textual na Época Moderna. Como o estudioso bem lembra, a produção discursiva era determinada pela instituição retórica greco-latina, que regrava retoricamente os textos dos séculos XVI, XVII e XVIII na Península Ibérica, de forma que a função exordial dos preâmbulos também variava de acordo com o gênero do

[1] Em sua definição, "produções, verbais ou não", como "um nome de autor, um título, um prefácio, ilustrações", que acompanham o texto de um livro para "*apresentá-lo*" ao mundo. Gérard Genette. *Paratextos editoriais.* Cotia: Ateliê Editorial, 2009, p. 9.
[2] *Idem*, pp. 109-123.
[3] Maria do Socorro Fernandes de Carvalho. "O livro antes do livro: os discursos laudatórios como exórdio das antologias poéticas seiscentistas". *Texto poético*, 2 (2005), pp. 58-69.
[4] Na construção retórica da figura do "rústico", o autor pretende se apresentar como "humilde", buscando chamar a atenção do interlocutor mais pela suposta verdade de suas palavras, baseadas na experiência e conhecimento prático acumulado, do que pelo ornamento de suas palavras e na exata maneira de falar. Alcir Pécora. *Máquina de Gêneros: Novamente Descoberta e Aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage*. 2. ed. São Paulo/Campinas: Edusp/Editora da Unicamp, 2018, pp. 80-83; Alcir Pécora. "A história como colheita rústica de excelências". In: Alcir Pécora e Stuart B. Schwartz (orgs.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676).* São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 47-65.

livro.[5] A crítica à conceituação de Genette fundamenta-se também no historiador francês Roger Chartier, que questiona a pertinência trans-histórica do paratexto por apagar as especificidades históricas da produção escrita do período anterior ao século XIX, como as diferentes configurações textuais, técnicas e sociais de cada época.[6]

Como apontado por Roland Barthes, a produção discursiva no Ocidente, do século V AEC ao século XIX, era estruturada e instrumentalizada por meio da retórica enquanto técnica, ciência e prática social.[7] O que os estudos recentes nos mostram é a importância incontornável de se considerar os paratextos na Época Moderna no interior do regime discursivo e tipográfico próprio do período estudado, o que inclui levar em consideração os preceitos retóricos. Alguns estudiosos, inclusive, apontam o espaço da dedicatória como constituinte de um gênero discursivo independente, com normas próprias que também apontam marcas autorais.[8]

Atentar à retórica greco-latina, que baseava a produção discursiva ibérica na Época Moderna, serve para que possamos nos aprofundar no contexto retórico-poético dos livros e compreender as intenções de cada autor na especificidade própria de cada elemento que compõe os textos preambulares. Especificidades essas que são históricas, muitas delas não existindo mais no século XIX, período no qual Gérard Genette centra a sua análise.

Cerqueira também nos lembra de que o costume de se dedicar uma obra, como a um nobre ou ao rei, indicava tanto submissão à hierarquia quanto busca por prestígio.[9] As dedicatórias tomam o formato de cartas, ou epístolas; essas, por sua vez, possuiriam uma estrutura própria, respectivamente: a *salutatio*, a *captatio benevolentiae*, a *narratio*, a *petitio* e a *conclusio*.[10] A petição, *petitio*, costumava ser o pedido por proteção por parte do nobre, fazendo com que a crítica a algo protegido por um nobre ou monarca fosse igual a criticá-los.[11] Essa estrutura era ancorada na retórica clássica, desenvolvido por autores como Cícero em seu *Rhetorica ad Herennium* (80 AEC), disseminado na Idade Média pelo ensino da *ars dictaminis* e largamente apropriado pelos humanistas e jesuítas ibéricos.[12]

---

[5] André Sekkel Cerqueira. *A donzela alada: reflexões sobre a retórica e história em Portugal no século XVII*. Dissertação de Mestrado em História: Universidade de São Paulo, 2017, pp. 31-32.
[6] Roger Chartier. *A mão do autor e a mente do editor.* São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 236.
[7] Roland Barthes. *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 3-7.
[8] Rejane Centurion. "Dedicatórias em obra do século XVI: indícios de marcas autorais". *Revista da ABRALIN*, 16 (2017), pp. 415-447.
[9] André Sekkel Cerqueira. *A donzela alada*, *op. cit.* pp. 35-36.
[10] *Idem*, p. 71.
[11] *Idem*, p. 75.
[12] Quentin Skinner. *As fundações do pensamento político moderno.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 50-56; Alcir Pécora. *Máquina de Gêneros*, *op. cit*. pp. 17-32.

Analisando os paratextos de livros escritos entre os séculos XVI e XVIII na Nova Espanha, Andrea M. Pérez González indica, tal qual Genette,[13] a forma como o "prólogo" e a "dedicatória" eram frequentemente intercambiáveis, devido à própria origem desse paratexto: nas epístolas de dedicatória, os autores tendiam a explicar — justificar e apresentar o texto — os motivos que o levaram a escrever a obra.[14] A explicação comumente confirmava a sua necessidade de validação ante certas figuras do poder, desembocando na própria "adulação" dos dedicatários, ao mesmo tempo que almeja promover a sua obra.[15]

A dedicatória, então, seria marcada por dois aspectos: a busca de favores, patrocínio ou aceitação; e a relação entre o gênero literário — ou retórico — e o personagem a quem se dedica. Nesse período, a dedicatória a um mecenas refletiria o discurso do patronato, ou seja, uma linguagem de um sistema político-social baseado no intercâmbio de benefícios, não sendo mais necessariamente o de patrocínio econômico, como ocorria em períodos anteriores.[16] No "discurso do patronato" de finais do século XVI, a troca de bens é simbólica, tendo a função de autopromoção e obtenção de proteção do nobre. A dedicatória não garantia nem que ela fosse lida pelo dedicatário, nem que o almejado fosse alcançado, sendo, por isso, tão importante as técnicas de persuasão.[17]

Um elemento pouco notado é o uso desses "discursos preambulares" como um espaço privilegiado para a manifestação de interesses políticos no interior da comunicação política. Mesmo para Genette, a função da dedicatória, salvo "invasões eventuais", esgota-se em mostrar, de forma explícita ou não, uma relação entre "o autor e alguma pessoa, grupo ou entidade".[18] Como pretendemos esboçar aqui, é possível pensar as "dedicatórias" em função não apenas de suas características e finalidades retóricas — como o *exórdio*[19], o formato *epistolar*[20] ou a função *panegírica*[21] — e sociais — patronato literário,[22] homenagem,[23] pedido de proteção ou marcas autorais[24] —, mas também da própria conjuntura política na qual os indivíduos, tanto o autor quanto o dedicatário, estavam inseridos.

Foram selecionados 17 livros, impressos e manuscritos, escritos por 15 autores portugueses no contexto da Monarquia Hispânica, que, em sua maioria,

---

[13] Gérard Genette. *Paratextos editoriais, op. cit.* pp. 109-110.
[14] Andrea M. Pérez González. *Leer el libro desde sus paratextos: censura, crítica y legitimación en la literatura novohispana (siglos XVI-XVIII)*. Madrid: Iberoamericana - Vervuert, 2022, p. 161.
[15] *Idem*, pp. 161-162.
[16] *Idem*, p. 163.
[17] *Idem*, p. 166.
[18] Gérard Genette. *Paratextos editoriais, op. cit.* p. 124.
[19] Maria do Socorro Fernandes de Carvalho. "O livro antes do livro", *op. cit.*
[20] Saulo Vinicius Souza Barbosa. "'Ao muito alto e excelente senhor...': um estudo sobre as dedicatórias quinhentistas". *Intelligere*, 17 (2024), pp. 138-168.
[21] Andrea M. Pérez González. *Leer el libro desde sus paratextos*, *op. cit.*
[22] Saulo Vinicius Souza Barbosa. "'Ao muito alto e excelente senhor...'", *op. cit.*
[23] Gérard Genette. *Paratextos editoriais, op. cit.* p. 109.
[24] Rejane Centurion. "Dedicatórias em obra do século XVI", *op. cit*.

articularam conselhos, críticas ou propostas sobre o governo do império, dedicados a figuras de poder régio ou próximos ao rei — como governadores, vice-reis, validos e conselheiros —, para além do próprio monarca. As obras selecionadas, abrangendo gêneros retórico-literários, como crônicas, diálogos, poemas, itinerários, tratados e alvitres, permitem-nos perceber de que forma diferentes autores, escrevendo com propósitos distintos, apresentaram tanto a adesão a certas convenções retóricas quanto, por vezes, optaram por um uso mais "livre" e pessoal do espaço da dedicatória.

A partir da breve seleção feita, proponho que há, na Época Moderna, certa flexibilização nos usos individuais dos paratextos. Essa perspectiva permite perceber que, na sociedade do Antigo Regime, os paratextos que antecedem o livro também podiam servir como espaços para a apresentação de propostas políticas e para o direcionamento do público-alvo do discurso. Proponho, assim, compreender a dedicatória como um espaço relativamente maleável, em que os autores frequentemente extrapolam seus limites formais e retóricos para fins diversos.

Os anos em que Portugal fez parte da Monarquia Hispânica, entre 1580 e 1640, apresentam-se como um recorte privilegiado para o estudo do tema. A escolha decorre da complexificação do sistema político-administrativo polissinodal português, com a formação de órgãos como o Conselho de Portugal e o Conselho da Índia, entre outros, além da adoção do modelo de governo metropolitano a partir de vice-reis e governadores de Portugal. Período marcado, principalmente, por um sentimento de crise do reino e do império, agravado pelos ataques de ingleses e neerlandeses no ultramar português.[25]

Referente a essas mudanças no aparelho político-administrativo português durante o período hispânico, convém dedicar algumas linhas sobre o peso político e social que deriva da escolha de certos indivíduos como "patronos" ou "mecenas", destacados nas dedicatórias e demais textos preambulares correlatos. Como veremos, não apenas o monarca era uma escolha frequente dessas dedicatórias, mas também indivíduos que compunham os órgãos, tanto já existentes quanto criados naquela época, para o governo e gerência de Portugal e seu império no Período Espanhol.

O sistema polissinodal português e o governo do império na Monarquia Hispânica

Apesar de as funções de conselheiros régios e do Conselho privado do rei já existirem no século XVI, a institucionalização do Conselho de Estado português teria ocorrido apenas em 1562, durante a regência do cardeal D. Henrique. Posteriormente, em 1569, ele seria dotado de regimentos e uma casa

[25] José Antonio Martínez Torres. "Politics and Colonial Discourse in the Spanish Empire: The African Atlantic Possessions, 1575–1630". *Anuario de Historia de América Latina*, 51 (2014), pp. 113-149.

no Paço, a mando de D. Sebastião.[26] Ele seria substituído com a criação do Conselho de Portugal — formalmente durante as Cortes de Tomar em 1581, com carta-patente de 1582 e institucionalização em 1586[27] —, que constituía um organismo consultivo espanhol próximo ao rei, com o objetivo de tratar exclusivamente de assuntos lusitanos por meio de conselheiros portugueses.[28]

O Conselho de Estado luso manteve seu funcionamento mesmo após a entrada de Portugal na Monarquia Hispânica. No entanto, a sua importância seria reduzida com a criação do Conselho de Portugal. O primeiro, residindo em Lisboa, funcionava como órgão consultivo do vice-rei ou governadores de Portugal, ocupando-se dos assuntos relativos ao Estado e à Guerra; o segundo, funcionando em Madrid, atuava diretamente ao lado do rei — a princípio, como forma de um conselho privado, mas com mudanças ao longo de sua existência —, tratando dos demais assuntos relativos ao governo de Portugal.[29]

A respeito deste último ponto, desde as Cortes de Tomar, haviam sido estabelecidas duas possibilidades para a delegação de um governo no caso de ausência do soberano: encarregar a uma única pessoa — a princípio, membro da família real —, atuando como um vice-rei;[30] ou nomear vários governadores portugueses. Na prática, ambas as opções seriam adotadas, de forma que Filipe I de Portugal e II de Espanha, retornando a Madrid em 1583, contou com o arquiduque Alberto de Áustria até 1593, e dessa data até 1599 assumiram cinco governadores. Esses cinco, por sua vez, eram todos membros do Conselho de Estado.[31]

Ao tempo da assunção ao trono português de Filipe II de Portugal, eram esses conselheiros quem asseguravam o governo, de modo que, em 1600, seria nomeado um novo vice-rei, sendo sempre esse tipo de figura a representar o monarca em Portugal. Comumente, o vice-rei era assessorado por um conselho de geralmente três pessoas, de escolha régia e tendo o seu voto um caráter

---

[26] Maria Luísa Marques da Gama. *O Conselho de Estado no Portugal restaurado: teorização, orgânica e exercício do poder político na corte brigantina (1640-1706).* Dissertação de Mestrado em História Moderna: Universidade de Lisboa, 2012, p. 64; José Manuel Subtil. "A administração central da coroa". In: Joaquim Romero Magalhães (coord.). *História de Portugal, vol. 3: No alvorecer da modernidade (1580 – 1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 86.

[27] Santiago de Luxán Meléndez. *La Revolución de 1640 en Portugal, sus fundamentos sociales y sus características nacionales. El Consejo de Portugal, 1580-1640*. Tese de Doutorado em História: Universidad Complutense de Madrid, 1986, p. 101.

[28] Fernanda Olival. *D. Filipe II de cognome "O Pio".* Rio de Mouro: Temas e Debates, 2008, p. 194.

[29] Maria Luísa Marques da Gama. *O Conselho de Estado no Portugal restaurado, op. cit*. p. 66; Santiago de Luxán Meléndez. *La Revolución de 1640 en Portugal, sus fundamentos sociales y sus características nacionales*, *op. cit*. pp. 79-80.

[30] Fernanda Olival. *D. Filipe II de cognome "O Pio", op. cit.* p. 192. O que, como veremos, não seria respeitado logo nos primeiros anos, com a nomeação de Cristóvão de Moura como vice-rei de Portugal entre 1600 e 1603; depois novamente entre 1608 e 1612.

[31] *Idem*, p. 156.

consultivo, cujos membros quase sempre eram componentes do Conselho de Estado de Portugal.[32]

Apesar da existência prévia de órgãos administrativos, somados à criação de novas instituições em Portugal no período espanhol, apenas no século XVII surgiram os primeiros conselhos especializados em tratar de assuntos coloniais, como o Conselho da Índia (de 1604 a 1614) e o Conselho Ultramarino (a partir de 1642).[33] Nessa esteira, a escolha dos titulares para o governo do Estado do Brasil e do Estado da Índia, por serem alguns dos postos mais elevados do império ultramarino português, era "matéria por excelência da alta política".[34] Durante o período do Portugal Hispânico, a eleição dos candidatos para esses cargos partia das sugestões do Conselho de Estado e da indicação do Conselho de Portugal, apresentando então os nomes que viriam a ser, ou não, escolhidos pelo monarca.[35] Como bem apontado por Mafalda Soares da Cunha, o recrutamento dos governantes das conquistas entre 1580 e 1640 era permeado por redes sociais que impactavam diretamente a nomeação dos postos ultramarinos, dotando o Conselho de Portugal de um poder considerável.[36]

Vemos a importância da configuração política no período espanhol, materializado nos Conselhos enquanto instituições centrais na composição do corpo político do reino. Tamanho era o seu peso, que a extinção do Conselho de Portugal, durante os últimos anos da década de 1630, pode ser considerada um dos fatores cruciais para a desagregação da união das coroas e, por fim, o início da guerra de Restauração Portuguesa em 1640.[37] Portugal, nos anos em que integrou a Monarquia Hispânica, passou a contar não apenas com os novos órgãos que fariam parte direta do governo e política ultramarina, como se inseriu nas dinâmicas da administração e comunicação política que compunham os demais órgãos da Monarquia Hispânica — a exemplo do *Consejo de Estado* castelhano, o *Consejo de Guerra*, entre outros, que contaram igualmente com membros portugueses.

---

[32] *Idem*, pp. 156-157.
[33] Pedro Cardim. "As Cortes de Portugal e o governo dos 'territórios ultramarinos' (séculos XVI-XVIII)". In: Ângela Barreto Xavier e Cristina Nogueira da Silva (orgs.). *O governo dos outros: poder e diferença no império português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016, p. 439.
[34] Francisco Carlos Cosentino. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVIII). Ofícios, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume/FAPEMIG, 2009, p. 85.
[35] *Idem*, p. 86.
[36] Mafalda Soares da Cunha. "Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640". In: João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.). *Na Trama das Redes. Política e negócios no Império Português. Séculos XVI-XVIIII*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010, pp. 125-126.
[37] Jean-Frédéric Schaub. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580 – 1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

Para o rei e seus agentes

Podemos considerar que a União das Coroas Ibéricas sob os Habsburgos, em finais do século XVI, acompanha a acentuação e crescente importância dos conselhos e do prestígio da função dos conselheiros no interior da política e do pensamento político moderno. Para autores como José Antonio Maravall, isso seria o reflexo de uma sociedade barroca, que passa a se interessar pelos assuntos relativos às finanças régias e ao governo político, buscando intervir e apresentar propostas e conselhos de forma direta.[38] Esse interesse se manifesta numa produção discursiva que, na Península Ibérica, costuma ser chamada de literatura de alvitres ou arbitrismo; *projects* ou *projectors*, na Inglaterra; *avis* ou *donneurs d'avis*, na França;[39] entre outras denominações.

Essa produção é geralmente associada a uma noção de decadência política ou moral do reino, generalizada na Monarquia Hispânica especialmente a partir de finais do século XVI, acentuada com a guerra em Flandres, a morte do rei Filipe II de Espanha, o surto de peste, a crise financeira, entre outros.[40] Os autores do período partiam de uma noção de "declínio" para apresentar suas propostas como forma de revertê-la, apelando para a "experiência" ou conhecimento "prático" do autor na matéria para validar o seu discurso.

Todas elas redundam no igual interesse em apresentar propostas, projetos e conselhos, à medida que reforçam o papel do conselheiro como figura de máxima importância nos rumos da política régia. Isso se torna evidente à medida que, na Península Ibérica, a partir da década de 1580, dissemina-se a linguagem política da "razão de Estado", que destaca a "prudência" como sendo a virtude política por excelência, entendida como a capacidade de distinguir os eventos e aplicar a melhor solução política de acordo com a necessidade.[41] Para Botero, um

---

[38] José Antônio Maravall. *A Cultura do Barroco: Análise de uma Estrutura Histórica.* São Paulo: Edusp, 2009, p. 68.

[39] John Elliott. *Spain and it's World: 1500-1700*. New Haven: Yale University Press, 1989, pp. 243-246; José Antonio Martínez Torres. "Politics and Colonial Discourse in the Spanish Empire", *op. cit*. pp. 114-116.

[40] John Elliott. *Spain and it's World*, *op. cit.* pp. 263-265. O debate sobre a "crise" ou "declínio" do império português a partir de meados do século XVI é vasto e multifacetado, variando as explicações conforme a abordagem historiográfica. No plano econômico-social, relaciona-se à transferência do eixo comercial do Índico para o Atlântico e aos ataques ingleses e neerlandeses no Oriente português. No campo cultural, manifesta-se em críticas aos "fumos da Índia", no lamento pela morte de D. Sebastião e na crescente preocupação com investidas neerlandesas na Ásia e na América portuguesa. Para um maior aprofundamento nesse debate e sobre a noção de "decadência" do império português, ver: Arthur Feller Rigaud Cardoso. *O doce do açúcar e o perfume das especiarias: discursos políticos sobre os Estados do Brasil e da Índia na Monarquia Hispânica*. Dissertação de Mestrado em História: Universidade Federal de Pernambuco, 2024, pp. 45-76; Giovani Dias Pereira. "Dilemas historiográficos sobre a decadência de um império: o "ocaso" do Estado da Índia (séc. XVI e XVII)". *Aedos*, Porto Alegre, 22 (2018), pp. 285-309.

[41] Ângela Barreto Xavier. *"El Rei aonde póde & não aonde quer": razões da política no Portugal seiscentista*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, pp. 135-143; Martim de Albuquerque. *Um percurso da construção ideológica do estado: a recepção lipsiana em Portugal: estoicismo e prudência política*. Lisboa: Quetzal, 2002, pp. 8-16.

dos principais autores a tratar do tema — cujas obras foram amplamente traduzidas e apropriadas pelos autores ibéricos,[42] inclusive como forma de combater a "decadência"[43] —, a "prudência" corresponde à faculdade de julgar cada situação, ponderar meios e fins e decidir com base na "experiência". O aconselhamento é central para a aplicação da prudência, uma vez que o conselheiro é aquele dotado de experiência acumulada,[44] que visa ao bem comum e fala a verdade, servindo diretamente ao rei quando este consulta o Conselho e seus conselheiros nas matérias de governo.[45]

Esses aspectos refletem diretamente na produção escrita da época, em que é possível perceber as diversas maneiras em que os autores buscaram se fazer ouvir, expresso também nas dedicatórias dos livros ou no destinatário dos textos. Ou mesmo de forma indireta, enquanto lamento ou comentário sobre as tentativas ou ensejos de alcançar o rei ou os membros de seu Conselho. Isso é verdadeiro principalmente nas obras e textos que versam sobre questões políticas relativas ao império.

Gabriel Soares de Sousa e seus manuscritos — *Roteiro geral* e *Memorial e Declaração*, escritos em 1587, atualmente agrupados e identificados pelo título *Tratado Descritivo do Brasil* — são um caso exemplar. Os dois textos são direcionados ao rei Filipe I de Portugal, transmitido e enviado pelo seu conselheiro D. Cristóvão de Moura, apontado diretamente em seu "Proêmio", que funciona também como "dedicatória".[46] A continuação da empresa do Estado do Brasil, as glórias a serem obtidas, bem como os frutos provenientes dessa conquista, não seriam falta de "providência" divina, mas de "informação do sobredito, que lhe não tem dado quem disso tem obrigação", ou seja, seus conselheiros. Sousa insere-se na figura de leal vassalo e bom conselheiro,

---

[42] Xavier Gil Pujol. "Las fuerzas del rey. La generación que leyó a Botero". In: Mario Rizzo, José Javier Ruiz Ibañez e Gaetano Sabatini (coord.). *Le forze del príncipe: recursos, instrumentos y límites en la practica del poder soberano en los territorios de la monarquía hispánica: Actas del seminario internaciona. Pavia, 22-24 septiembre del 2000. Tomo II.* Murcia: Universidad de Murcia Servicio de publicaciones, 2004, pp. 975-977.

[43] *Idem*, pp. 982-1000.

[44] A "experiência" é entendida como uma das bases fundamentais da "prudência"; esta, por sua vez, pode ser adquirida pela vivência própria do indivíduo e, principalmente, pelo estudo da História. Entendida como "mestra da vida", a História serve como um repertório de exemplos e experiências acumuladas, sendo possível estudar os feitos do passado para ponderar o presente e prever as melhores ações a serem tomadas no futuro. Daí que a História está ligada diretamente à virtude da prudência e, por sua vez, ao papel do conselheiro. Cf.: Giovanni Botero. *Da razão de Estado*. Coimbra: INIC, 1992, pp. 38-40; Xavier Gil Pujol. "Las fuerzas del rey. La generación que leyó a Botero", *op. cit*. pp. 1014-1017. Para uma aplicação desses preceitos na reflexão política do século XVI, ver também: Jean Bodin. *Os seis livros da República: livro primeiro.* São Paulo: Ícone, 2011; Nicolau Maquiavel. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

[45] Giovanni Botero. *Da razão de Estado*, *op. cit.* pp. 37-54.

[46] Como quando diz "como a eu também tenho de seu leal vassalo, satisfaço da minha parte com o que se contém neste Memorial". Gabriel Soares de Sousa. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 9. ed. Recife: FJN, 2000, p. 1.

reconhecendo a importância dessa função ao criticar a falta de conselheiros que informem o rei sobre os benefícios do Estado do Brasil.[47]

Tratando-se de dois textos dedicados ao monarca, o conhecimento que temos do seu direcionamento por meio de D. Cristóvão de Moura reflete justamente os meandros dessa dinâmica. Para além de ser uma figura de máxima importância nos negócios políticos de Filipe I de Portugal, ele teria sido um dos membros do Conselho de Portugal. Embora sua proximidade do monarca o obrigasse a estar afastado do Conselho, todos os assuntos passavam por sua mão,[48] o que o tornava um interlocutor privilegiado.

Nessa mesma lógica, Jorge de Lemos, alguns anos antes, em sua *Hystoria dos cercos [...] de Malaca* (1585), dedica sua narrativa histórica — que inclui um projeto de conquista — a uma figura diretamente ligada à governança régia: o "Principe Cardeal Archiduque de Austria", Alberto Ernesto de Habsburgo.[49] Sobrinho de Filipe I de Portugal, nomeado pelo monarca vice-rei de Portugal em 1583 — apenas dois anos antes da publicação da obra —, ele ocuparia o cargo de maior autoridade em solo português durante o período do governo hispânico, abaixo apenas do monarca e do seu Conselho em Madrid. A apresentação de Lemos ao vice-rei adota, como de costume, o recurso retórico da figura do *rústico*. Nele, o autor busca explicar o motivo de escrever a sua história, apesar de não exercer o ofício dos "que escrevem histórias", que o fazem por possuírem "engenhos, arte, erudição, experiência, favor, e gosto, em diferente predicamento".[50]

Lemos expõe lentamente a vontade que move a escrita de sua obra, bem como o papel da escolha do cardeal vice-rei: não havendo quem, nos últimos 12 anos, tenha historiado a defesa de Malaca pelo capitão Tristão Vaz da Veiga, espera não apenas "imortalizar a fama" dos que serviram em sua defesa, como também estimular uma produção historial "destes cercos". O autor acredita que, não sendo "desprezado de V. A. [Alberto de Áustria] este serviço" de historiar os cercos, o seu exemplo poderá estimular outros que busquem escrever sobre eles, rompendo com a aparente negligência de até então.[51] O que o autor deixa de fora, por motivos que podemos apenas conjecturar, é o fato de que a sua obra, para além de mera narrativa histórica, se encerra com um projeto de conquista militar do sultanato de Achém, tendo como justificativa não apenas a defesa de Malaca, como a busca de ouro, especiarias e mantimentos.[52]

É a esse mesmo vice-rei de Portugal que Luis Pereira Brandão dirige a sua obra *Elegiada*, de 1588, que versa sobre a vida de D. Sebastião até o desastre

---

[47] *Idem*, pp. 2-3.
[48] Santiago de Luxán Meléndez. *La Revolución de 1640 en Portugal, sus fundamentos sociales y sus características nacionales*, *op. cit*. p. 103.
[49] Jorge de Lemos. *Hystoria dos cercos qve em tempo de Antonio Monis Barreto governador que foi dos estados da India, os Achens & Iaos puserão à fortaleza de Malaca, sendo Tristão Vaz da Veiga capitão della.* Lisboa: Em casa de Manoel de Lyra, 1585, [fl. 4].
[50] *Idem*, [fl. 10].
[51] *Idem*, [fl. 11].
[52] *Idem*, pp. 60-60v.

de Alcácer Quibir. Apesar de não haver um espaço "externo" ao texto que seja reservado à dedicatória, o autor dedica o livro no próprio corpo do texto, ao longo do "Canto I". Nele, descreve Alberto como "espelho claro/ De virtudes, de exemplo", que deposita em sua figura "as esperanças" após as amarguras e tristezas da morte de D. Sebastião. O "canto doloroso" é oferecido por um autor que, à maneira da época, assume a figura retórica do *rústico*, pedindo para que o vice-rei não olhe o "rudo & tosco engenho/ O áspero sujeito" que escreve, mas apenas acolha o "puro amor" que "agora te offereço".[53]

Em algumas edições, apesar de não haver uma seção reservada para a dedicatória, o nome do dedicatário recebe um grande destaque no frontispício, com uma fonte igual ou maior do que o próprio título.


ELEGIADA
DE
LUYS PEREYRA
Dirigida ao Sereniſſimo Senhor Cardeal
ALBERTO
Archiduque de Auſtria, e Governador
dos Reynos de Portugal.
LISBOA
Manoel de Lyra anno 1586.

ELEGIADA
DE
LUYS PEREYRA
Dirigida ao Sereniſſimo Senhor Cardeal
ALBERTO
Archiduque de Auſtria, e Governador
dos Reynos de Portugal.
Fielmente copiada da Edição de Manoel de Lyra anno 1588.
POR
BENTO JOZE DE SOUZA
FARINHA,
Profeſſor Regio de Filoſofia, e Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
LISBOA
Na Of. de JOZE DA SILVA NAZARETH.
ANNO M. DCC. LXXXV.
Com licença da Real Meza Conſoria.

Figura 1 – Folhas de rosto das edições de 1586 (Lisboa: Manoel de Lyra) e 1785 (Lisboa: Na Of. de Joze da Silva Nazareth) do livro *Elegiada* de Luis Pereira Brandão. Imagens retiradas da Biblioteca Nacional de Portugal e da University of Toronto Library, respectivamente.

Essa prática, a de inserir a dedicatória de uma obra no próprio corpo do texto, era adotada por um círculo maior de autores, ao que tudo indica. Pelo menos, vemos um uso semelhante na poesia *Hespaña Libertada* (1618), escrita por D. Bernarda Ferreira de Lacerda e dedicada ao "Rey Catholico de las Hespañas", Filipe III de Espanha. Uma prática que, podemos supor, esteve mais relacionada com obras poéticas, sendo uma forma de inserir o dedicatário nos próprios cantos — um jeito, podemos dizer, de adequar a dedicatória ao gênero do discurso.

[53] Luis Pereira Brandão. *Elegiada*. Lisboa: Manoel de Lyra, 1586, p. 3.

A *Hespaña Libertada* (1618), por sua vez, tem como tema a história dos reinos ibéricos e sua relação com a guerra constante contra os reinos muçulmanos, abordando, portanto, aspectos históricos, políticos e militares, cujo pano de fundo principal é a guerra contra o "inimigo da fé". É na oitava estrofe do "canto primeiro" que D. Bernarda oferece sua obra "A vos alto Philippo esclarecido", com todas as honrarias e pendor retórico.[54] Nesse sentido, Gérard Genette acertou sobremaneira ao falar sobre os variados lugares em que uma dedicatória pode aparecer, não sendo necessariamente apenas no início de um livro.[55]

Vemos então uma preocupação política na dedicatória, prefácio ou "proêmio" de alguns textos e obras na década de 1580, em que podemos pontuar os agentes régios mais imediatos do governo de Portugal — seja o vice-rei, Alberto de Áustria, ou o membro do Conselho de Portugal, Cristóvão de Moura. Da mesma forma, podemos perceber uma acentuação, nas décadas seguintes, com a busca e direcionamento de discursos a figuras próximas ao rei.

O direcionamento de reformas em tempos de crise

Por diversas vezes, ao longo do período espanhol da história de Portugal, as dedicatórias irão expressar um ensejo reformista, ou seja, a busca por apresentar conselhos e projetos políticos que sirvam para solucionar problemas do período em que foram escritos, comumente considerado como um tempo de crise ou de decadência.[56] É nesse sentido que a escolha do dedicatário, como aquele que irá receber o discurso contido no texto, pode ser visto como estratégico do ponto de vista do autor — que almeja ter seus "remédios" acatados por aqueles que teriam o poder de pôr em prática as suas propostas.

Um caso interesse é o do frei Amador Arrais, bispo de Portalegre, que publicou a primeira edição de seus *Dialogos* (1589) sem dedicatória. Contudo, na escrita da segunda versão da obra, finalizada em meados de 1600 e publicada em 1604, há uma dedicatória que, como veremos, aproxima-o do historiador Pedro de Mariz, autor do *Dialogos de Varia Historia*, com edições de 1594 e 1597.[57] Nesse caso, o direcionamento político é centralizado em D. Jorge de

[54] Bernarda Ferreira de Lacerda. *Hespaña Libertada*. Lisboa: en la oficina de Pedro Crasbeeck, 1618, p. 2.
[55] Gérard Genette. *Paratextos editoriais, op. cit.* pp. 116-117.
[56] Arthur Feller Rigaud Cardoso. *O doce do açúcar e o perfume das especiarias*, *op. cit.* pp. 62-76; John Elliott. *Spain and it's World*, *op. cit.* pp. 258-260.
[57] Mesmo sendo indicado o ano de 1597 na folha de rosto, a segunda edição faz referência ao falecimento de Filipe I de Portugal, louvando "Filippe Segundo, seu dignissimo filho". Filipe I iria falecer em setembro de 1598, fazendo com que a publicação da segunda edição tenha se dado, provavelmente, em meados de 1599. Pedro de Mariz. *Dialogos de Varia Historia*. Coimbra: Na officina de António de Mariz, 1597, p. 386. Essa confusão nas datas pode estar relacionada ao surto de peste que acometeu Coimbra em 1597, em que foi necessária a fuga momentânea para regiões circunvizinhas, tendo sido a obra finalmente impressa na vila de Sernache dos Alhos, em meados de 1599. Isabel Barros Dias. "Os primórdios do reino de Portugal. Argumentação

Ataíde, figura de importância ímpar por ser membro do Conselho de Portugal à época da escrita das obras de Arrais e Mariz, patrono ao qual são dedicadas ambas as obras a partir de 1590.

O papel político do Conselho de Portugal relativo às questões governativas do reino aparece evidente primeiro em Pedro de Mariz, na dedicatória do seu *Dialogo de Varia Historia* a D. Jorge de Ataíde. Ao apontar o bispo como "verdadeyro Mecenas", na parte "Ao illvstrissimo, & Reuerendissimo Senhor D. Iorge d'Ataide, Bispo Capellão Mór de Sua Magestade, & do seu Cõcelho de Estado",[58] justifica escolhê-lo na busca por amparo e proteção das calúnias e "murmurações dos invejosos", mas também retribuir o "favor e amparo" que a sua família sempre recebeu do dedicatário.[59] Aqui, evidencia-se de forma explícita uma relação social entre o bispo e a família de Mariz.

A consciência do papel e posição do Conselho no âmbito governativo régio se faz evidente também quando Mariz considera, ainda na carta dedicatória, a conveniência de que "as obras famosas dos Príncipes", contidas em seu texto, sejam oferecidas a Ataíde, "a quem hoje com tão admirável prudência os governa".[60] O próprio monarca teria reconhecido todas as qualidades e virtudes nobres de D. Jorge de Ataíde "na eleição que fez de seu conselho", reforçando, na edição de 1597, que, segundo preceitos clássicos, "o Conselheiro do Príncipe, ou o havia também de ser, ou ter o seu ânimo".[61] O reforço do papel do conselheiro, na segunda edição, pode não ser por acaso, uma vez que o autor introduz nela diversos apontamentos que dizem respeito ao futuro da política régia ultramarina, comumente em forma de propostas e projetos coloniais.[62]

Alguns fatores sociais e textuais podem ser destacados para apontar a influência mútua e a relação entre Pedro de Mariz e o frei Amador Arrais. A título de exemplo, Pedro seria filho de António de Mariz, renomado impressor e livreiro da Universidade de Coimbra, cuja casa impressora trouxe a lume a primeira edição dos *Dialogos* (1589), de Amador Arrais. Foi nessa mesma universidade que Pedro de Mariz formou-se como bacharel em Cânones, ao tempo em que escrevia a primeira edição de seu *Dialogos de Varia Historia* (1594).[63] Mariz provavelmente teria não apenas trabalhado na impressão dos *Dialogos* de Arrais, mas também lido, assumido e reproduzido vários argumentos desenvolvidos pelo bispo em sua própria obra — também escrita no gênero diálogo.

Uma influência bilateral, se considerarmos que Arrais não apenas afetou Mariz, como foi influenciado por ele. A segunda edição dos *Dialogos* (1604)

---

e Política no 'Diálogo Segundo', de Pedro de Mariz". *Limite: Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonía*, 10 (2016), pp. 77-107.

[58] Pedro de Mariz. *Dialogos de Varia Historia*. Coimbra: Na Officina de Antonio de Mariz, 1594, [fl. 3].

[59] *Idem*, [fl. 2v-3].

[60] Pedro de Mariz. *Dialogos de Varia Historia* (2. ed.), *op. cit*., [fl. 3v].

[61] *Idem*, [fl. 4].

[62] Arthur Feller Rigaud Cardoso. *O doce do açúcar e o perfume das especiarias*, *op. cit.,* pp. 188-194.

[63] Jorge B. Macedo e Virgínia Rau. "Da biografia e obra de Pedro de Mariz". In: Pedro de Mariz. *História da Vida, Milagres e Canonização do Bemaventurado S. Hyacintho da Ordem dos Pregadores*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1965, p. 10.

contém acréscimos e mudanças na escrita de vários capítulos, adicionando informações, por exemplo, referentes ao Estado do Brasil, ausentes na primeira edição. Essas novas informações acompanham as mudanças e acréscimos feitos na segunda edição do *Dialogo*, de Mariz, de 1597, que teve contato e reproduziu parcialmente os manuscritos de Gabriel Soares de Sousa[64] — inéditos à época. Também importa ressaltar que a segunda edição dos *Dialogos* é igualmente dedicada a D. Jorge de Ataíde, tal qual o fez Mariz em seu *Dialogo* (1594). Diferente da primeira edição de 1589, a segunda conta com um prólogo maior, além de uma dedicatória ao bispo D. Jorge de Ataide, "Comendatário perpetuo do Mosteiro de Alcobaça, Capelão Mor, e Esmoler Mor de Sua Magestade, e do seu Conselho do Estado".[65] Interessa destacar que o conselheiro teria sido um dos mais ativos da época, com uma participação majoritária nas 351 consultas entre 1591 e 1598,[66] tendo sido membro do Conselho até 1603.[67]

Seguindo a dedicatória, Arrais justifica a sua escolha, para além dos elogios e exaltações a Ataíde, ao lembrar-se dos contatos e encontros que ambos tiveram na época do reinado de D. Henrique e, posteriormente, em Madrid, no período de Filipe I de Portugal. Nas palavras de Arrais, "ficando esta obra sob seu amparo acolhida" e "favorecida", ela será "estimada de muitos, adquirirá crédito, e poderá correr segura, e livre de gente que procurou sumir a primeira impressão".[68] A primeira obra teria padecido de dificuldades em sua impressão, correndo o risco inclusive de não existir, centralmente por apresentar críticas e repreensão a "erros, e cegueira" do tempo presente, do que decorreria grande dano à "República Cristã".[69] Arrais eleva a sua obra, ao considerar que o seu discurso consiste em buscar repreender e corrigir os males dos indivíduos de seu tempo, de forma que Ataíde o defenderia de possíveis inimigos. Tal qual diversas obras de cunho reformista do período, Arrais coloca-se como mais um dos fiéis vassalos do rei, cujos remédios e conselhos são atacados por aqueles que não desejam ouvir.

Vice-reis, governadores e membros do Conselho de Portugal — com especial destaque aos eclesiásticos —, seguiriam sendo algumas das principais figuras à quais seriam dedicadas diversas obras durante o Portugal Hispânico. Também a D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa e governador de Portugal entre 1593 e 1600,[70] foi dedicado o *Itinerario da Terra Santa e suas particularidades*, de frei Pantaleão Aveiro, publicado em 1593. É possível perceber um padrão nas dedicatórias, em que há certa convenção de atributos a determinados indivíduos. Como também reproduzido por Aveiro, isso aponta as

[64] Arthur Feller Rigaud Cardoso. *O doce do açúcar e o perfume das especiarias*, *op. cit.* pp. 189-192.
[65] Amador Arrais. *Dialogos.* Coimbra: Na Officina de Diogo Gomez Lovreyro Impressor da Vniversidade, 1604, [fl. 8].
[66] Santiago de Luxán Meléndez. *La Revolución de 1640 en Portugal, sus fundamentos sociales y sus características nacionales*, *op. cit*. pp. 121-128.
[67] *Idem*, pp. 135-142.
[68] Amador Arrais. *Dialogos*, *op. cit.* [fl. 2v-3].
[69] *Idem*, [fl. 2v].
[70] Jean-Frédéric Schaub. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580 – 1640)*, *op. cit*. p. 99.

vantagens de serem "defendidas e amparadas das humanas calúnias, e ganhem autoridade e favor com os que as lerem".[71]

D. Miguel de Castro se mostra uma figura interessante nesse padrão, se levarmos em consideração que ele seria bispo de Viseu entre 1579 e 1586, sucedendo o bispado de D. Jorge de Ataíde, entre 1569 e 1578.[72] Além de ambos obterem os mais altos cargos no governo de Portugal durante o período da Monarquia Hispânica, Castro viria, inclusive, a assumir o cargo de vice-rei entre os anos de 1615 e 1617.[73] A escolha de frei Pantaleão Aveiro, para além de reproduzir todas as formalidades e se inserir no costume da dedicatória às principais figuras governativas do Portugal Hispânico — com as primeiras edições da obra contando, inclusive, com a impressão de um alvará régio concedendo privilégio de impressão a Simão López —, aponta que ambos compartilhavam o hábito e a devoção da Ordem Franciscana.[74] Esse aspecto poderia indicar tanto uma preferência por parte do autor quanto a relação entre o tema da obra e o dedicatário.

Para além de bispos e "figuras religiosas", vemos o envolvimento da própria fidalguia nesse tipo de produção discursiva, como seria o caso de Agostinho Gavy de Mendonça. Pertencente à família de Pero de Lopo Coutinho,[75] na escrita de sua *Historia do cerco de Mazagão* (1607), o autor dedica a sua obra a D. Diogo da Silva, conde de Portalegre e membro do Conselho de Portugal.[76] Uma vez mais, podemos observar o uso diverso e variado que o espaço reservado à dedicatória possuiu.

No caso de Mendonça, o espaço da dedicatória, apresentado como "Ao muyto illvstre senhor Dom Diogo da Silua Conde de Portalegre",[77] torna-se palco de uma "polêmica historiográfica". O autor justifica a escrita de sua obra afirmando que, tendo sido cavaleiro que vivenciou o cerco de Mazagão em 1562, repreende Pedro de Mariz, que, "querendo fazer relação [do cerco] [...], vai tão descuiado da verdade, quanto se vêem nos seus Dialogos".[78]

Essa breve crítica a Mariz serve também para reforçar o peso e a verdade de suas palavras na composição da obra, por considerar que o autor do *Dialogos de Varia Historia* (1594) não teve "quem dellas o informasse". Mendonça, em contrapartida, teria vivenciado o cerco como soldado, dotando o autor de experiência e conhecimento prático, apto para falar e narrar a "verdade". Nesse

---

[71] Pantaleão Aveiro. *Itinerario da Terra Santa e suas particularidades*. Lisboa: em casa de Simão Lopez, 1593, [fl. 2v].
[72] Daniel Norte Giebels. *A relação entre a Inquisição e D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa (1586-1625).* Dissertação de Mestrado em História Moderna: Universidade de Coimbra, 2008.
[73] Jean-Frédéric Schaub. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580 – 1640)*, *op. cit*.
[74] Pantaleão Aveiro. *Itinerario da Terra Santa e suas particularidades*. *op. cit.* [fl. 3].
[75] Rodrigo Faustinoni Bonciani. "Os irmãos Coutinho no Atlântico: Escravidão, governo e ascensão social no tempo da monarquia hispânica". *Revista Latino-Americana de Estudos Avançados*, 1 (2016), pp. 158-172.
[76] Jean-Frédéric Schaub. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580 – 1640), op. cit.* p. 100.
[77] Agostinho de Gavy de Mendonça. *Historia do famoso cerco, qve o xarife pos a fortaleza de Mazagam*. Lisboa: em casa de Vicente Aluarez, 1607, [fl. 3v].
[78] *Idem*, [fl. 4].

argumento, a figura retórica do *rústico* retorna, dando ênfase no saber do autor — militar com experiência no serviço em Mazagão — em oposição aos "letrados" — o que pode ser entendido, nesse caso, sendo o próprio Mariz, de família de impressores e formado em Cânones —, como quando aponta que o seu discurso é construído pelo acúmulo de apontamentos e lembranças "tam verdadeyras, como desnudas de todo ornato de palavras, que as podiam fermozear".[79]

O autor espera que, ao oferecer sua narrativa histórica ao conselheiro, ela se manifeste "aos homens em tempo em que parece, que mais que em todos os outros tem necessidade dos exemplos de seus passadouros pera se com eles despertarem aos imitar".[80] Portanto, a obra não apenas seria "protegida" e "aperfeiçoada" nas mãos de D. Diogo da Silva, como também poderia servir de "espelho", com muitos exemplos, para despertar feitos gloriosos nos cavaleiros do futuro. Podemos conjecturar ser essa a representação de um sentimento de que o tempo presente, em que o autor se insere, carece de cavaleiros virtuosos e feitos militares de sucesso. Em outras palavras, decadente. Da mesma forma, a dedicatória deixa explícita uma polêmica da época, servindo para outras funções para além da busca por patrocínio.

Seguindo na esteira da preocupação com os conselhos régios e seus agentes, o próprio Diogo do Couto é uma figura das mais interessantes. Através de seus escritos, é possível perceber as várias formas como o autor buscou alcançar o seu público-alvo e se fazer ouvir, especialmente por meio de elementos retóricos e textuais internos ao seu discurso. Uma busca compatível com o teor político de sua obra, sendo Couto considerado um dos maiores exemplos, se não o maior, da literatura "decadentista" da Ásia portuguesa, além de um dos principais denunciadores dos casos de "corrupção", "crimes" e "desmandos" do governo português.[81]

Um caso exemplar é o direcionamento e dedicatória de seu segundo *Soldado Prático* (1612) a D. Diego de Silva y Mendonza, conde de Salinas e Ribadeo, duque de Francavilla, presidente do Conselho de Portugal entre 1605 e 1616, bem como futuro vice-rei de Portugal de 1617 a 1621.[82] O espaço da dedicatória surge como uma carta: "Ao Conde de Salinas e Ribadeo, e Duque de Franca-Vila, do Conselho Supremo do Estado de Sua Majestade". Nele, Couto abusa da figura retórica do humilde "rústico", apresentando-se tal qual um "sileno": apesar de estar entre as figuras "grosseiras e pouco polidas", sendo a do autor "tão rústica" e "mal ordenada", oferece obras de muito artifício, doutrina e invenção, contendo debaixo daquela "rustiqueza" muita "doutrina política, moral, muitos exemplos, muitas verdades".[83] "Política" e "moral", fundamentados por exemplos históricos e "verdades", ditam não só o teor de sua obra, como reforça a validade do seu conselho, que deve ser acatado e acolhido.

[79] *Idem*, [fl. 4-4v].
[80] *Idem*, [fl. 4-4v].
[81] Maria Leonor García da Cruz. *Os «fumos da Índia»: uma leitura crítica da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.
[82] Trevor J. Dadson. *Diego de Silva y Mendoza, poeta y político en la corte de Felipe III*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2011, p. 8.
[83] Diogo do Couto. *O Soldado Prático*. Coimbra: Angelus Novus, 2009, p. 57.

Esse aspecto é reforçado quando Couto destaca que, caso aceite o que tem a falar, seus conselhos farão de Portugal e do Estado da Índia uma "república [...] tão próspera e tão felice".[84] Tal qual o primeiro Alcebíades, que reformou e ordenou Atenas "[a]té a pôr em suma perfeição", Couto reforça a necessidade de serem acatados os seus "remédios", pedindo para D. Diego que "ouça-o" e que, em troca, não espera nada mais do que "ser ouvido", com a esperança de que sejam aceites os conselhos para que tenham "remédio os males de que se queixa".[85]

D. Diego não foi o único membro de um dos conselhos régios do qual Diogo do Couto buscou se aproximar. O cronista tinha também uma grande e duradoura relação com a família Gama, mantendo correspondência com D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira e presidente do Conselho da Índia entre 1608 e 1614.[86] Essa relação, podemos considerar, traduzia-se como um exemplo "clássico" de mecenato: o conde-almirante servia como seu protetor e confidente enquanto estivesse no reino, atribuindo-lhe honras e mercês, ao passo que o cronista régio contribuía, por meio de sua pena, para o engrandecimento dos Gama.[87] Exemplo disso é a escrita do *Tratado de todas as cousas sucedidas ao valoroso capitão D. Vasco da Gama [...] no descobrimento e conquistas dos mares e terras do Oriente*, finalizado em meados de 1599 e com dedicatória ao D. Francisco da Gama. No espaço da dedicatória, que o autor chama de "Epístola", indica não apenas ser a obra direcionada "A Dom Francisco da Gama Conde da Vidigueira e Almirante do mar Indico e Visorrey da India", como o próprio fato desse ter sido um livro encomendado ao cronista.[88]

Os diversos caminhos da comunicação política

A partir da década de 1620, é possível observar o crescente interesse de autores em tratar de assuntos políticos e temas ligados ao império. Para isso, seguem direcionando suas obras, por meio das dedicatórias, a diferentes atores ligados ao governo do reino e das conquistas. Sem contar aqueles que continuaram a dedicar seus textos e obras — variando em diferentes graus o teor político mais direto ou indireto de seus discursos — ao monarca Filipe III de

[84] *Idem*, p. 57.
[85] *Idem*, pp. 57-58.
[86] Ana Teresa Hilário. *O Conselho da Índia e o seu papel no provimento das principais fortalezas do Índico (1604-1614).* Dissertação de Mestrado em História: Universidade Nova de Lisboa, 2017, p. 16.
[87] Ana Dulce Seabra. "Frei Adeodato da Trindade, editor e censor de Couto". In: Rui Manuel Loureiro e Maria Augusta Lima Cruz (orgs.). *Diogo do Couto: história e intervenção política de um autor polêmico.* Lisboa: Edições Húmus, 2019, p. 134.
[88] Diogo do Couto. *Tratado de todas as cousas socedidas ao valeroso capitão Dom Vasco da Gama primeiro Conde da Vidigueira: Almirante do mar da India: no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente: e de todas as vezes que ha India passou: e das cousas que socederão nella a todos os seus filhos. Dirigido a Dom Francisco da Gama Conde da Vidigueira Almirante do mar Indico e visorrei da India*, Biblioteca Nacional de Portugal, Fundo Geral, cód. 462, [fl. 2].

Portugal. D. Gonçalo Coutinho, em seu *Discurso da iornada de D. Gonçalo Coutinho à villa de Mazagam* (1629), dedica sua obra diretamente a "Vossa Magestade" Filipe III de Portugal. O seu discurso é apresentado, por sua vez, enquanto o dever de um vassalo leal, que serve tanto como um "memorial" quanto o cumprimento de "algũas cousas que se me encarregaraõ em particular".[89]

Uma figura conhecida pela historiografia e estudos sobre o fenômeno do sebastianismo, Manuel Bocarro Francês apresenta, em seu *Anacephaleoses da Monarchia Luzitana* (1624), um caso interessante do uso dos paratextos. A sua dedicatória é indicada com esse objetivo, intitulada "Dedicatória a el Rey N. Senhor no sev Conselho de Portugal, na Corte de Madrid". Ou seja, ele não apenas direciona o seu texto ao monarca Filipe III de Portugal e IV de Espanha, como também faz referência direta ao Conselho de Portugal em Madrid, local onde o monarca estaria.[90]

O autor, tal qual outros da época, não só justifica o seu trabalho por um suposto estado decadente da monarquia portuguesa no presente, "tão caido, com as ruynas de seus estados, & frotas", como promete contribuir para sanar os seus problemas, "pera que leuantado deste sono se eternize no mundo, fazendo nelle insigne a seu Rey, como jà fizeram a todos os passados".[91] Tratava-se, portanto, de sair de um estado decadente no presente para retornar a um período de glórias do passado.

O discurso é direcionado ao rei e aos membros do Conselho de Portugal. O autor justifica essa escolha "por ser a materia, & sujeito Portuguez", o que reafirma o papel do Conselho de Portugal enquanto espaço para tratar de questões e demandas relativas a Portugal e aos portugueses. Na mesma esteira, o Conselho e os membros que o compõem são uma forma de reafirmar e legitimar a grandeza e soberania do rei, como explica o autor: "nos Insignes Varões que residem neste Conselho se ilustra, & Eterniza V. Mag. pois em cada qual se representa a Excelencia, & grandeza Luzitana, & se respeita a mesma pessoa Real".[92]

Francisco Rodrigues Silveira, por sua vez, representa um estado mais avançado tanto da preocupação com um aparente declínio e ruína do Estado da Índia português, quanto do desprestígio e das críticas aos conselhos régios em meados da década de 1630. A sua *Reformação da milícia e governo do estado da India oriental* (c. 1630), obra que permaneceu manuscrita até o século XIX, é endereçada de forma que a escolha do dedicatário acompanha as diversas tentativas do autor de se fazer ouvir. Há um registro de que sua obra tenha sido "dedicada a Filipe I", mas que, tendo o autor refeito a redação várias vezes, a sexta versão teria sido finalizada em 1635 e dedicada à D. Margarida, duquesa

[89] D. Gonçalo Coutinho. *Discvrso da iornada de D. Gonçalo Covtinho à villa de Mazagam e seu governo nella*. Lisboa: Por Pedro Craesbeeck Impressor del Rey, 1629, [fl. 3]
[90] Manoel Bocarro Francês. *Anacephaleoses da Monarchia Luzitana.* Lisboa: por Antonio Alvarez, 1624, [fl. 2].
[91] *Idem*, [fl. 2].
[92] *Idem*, [fl. 2].

de Mântua e vice-rainha de Portugal desde 1634, "com dedicatória escrita pelo seu próprio punho".[93]

A prática política do autor, relacionada com a escrita de sua obra de cunho reformista, afirma-se da mesma forma que os demais autores apresentados anteriormente. Todos buscaram alcançar, de forma direta ou indireta, os principais membros da governança régia: quando não o monarca, os membros dos conselhos régios; quando os últimos não ouvem, a vice-rainha de Portugal.[94] Temos maior indício desse aspecto quando é explicitado pelo autor: "Nove vezes tenho ido a Madrid desde o anno de 600, e d'ahi remettido cinco a Portugal, sobre quererem aceitar de mim os remedios universais e facillimos para se conservar o estado da India". O tom do autor é de frustração, afirmando em desabafo que "cansados já os do Conselho [de Portugal] de me ouvirem", teria recebido uma nova carta em 1608, que "mandava encarecidamente que no Conselho da India se vissem e ventilassem bem minhas proposições".[95] Os membros do Conselho de Portugal, enfastiados de receberem as propostas do autor para sanar os problemas do Estado da Índia, repassaram o caso e a responsabilidade de ouvi-lo para o Conselho da Índia.

As queixas de Silveira, em meados da década de 1630, podem ser entendidas como uma certa crítica e desconfiança à atuação do Conselho de Portugal.[96] Ou então, se pensado com o conjunto da produção da época, poderia ser mesmo reflexo da perda e prestígio da instituição, quando percebemos que menos autores dedicam aos membros dos Conselhos e mais se reportam diretamente ao rei, seus vice-reis ou, inclusive, seus validos.

Sobre esse aspecto, temos o caso interessante de Manuel Moreira Pita, em seu *Poema africano* (1633), que, tratando diretamente sobre o governo de D. Fernando de Mascarenhas — conde da Torre, conselheiro régio e capitão-general de Ceuta —, na cidade de Tânger, dedica a sua obra a D. Gaspar de Guzmán, o conde-duque de Olivares.[97] Cabe indicar que o governo de Mascarenhas sobre as praças norte-africanas foi marcado por polêmicas e querelas políticas, como contra o duque de Caminha, Miguel Luís de Meneses, membro de uma das principais famílias nobres do reino associada ao governo das praças portuguesas na região do Marrocos.[98]

A opção pelo conde-duque de Olivares foi a mesma do mercador cristão-novo Duarte Gomes Solis, em sua *Alegación en fauor de la Compañia de la India Oriental* (1628), não sem antes dedicar uma primeira obra, seis anos antes, ao

[93] Maria Leonor García da Cruz. *Os «fumos da Índia», op. cit.* p. 410.
[94] Francisco Rodrigues Silveira*. Memórias de um Soldado da Índia. Compiladas de um manuscrito português do Museu Britânico por A. de S. S. Costa Lobo.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1877, p. 331.
[95] *Idem*, pp. 267-268.
[96] Daí que o autor, em sua dedicatória, menciona as diversas vezes que submeteu o seu livro ao Conselho de Portugal e foi recusado, desabafando à D. Margarida: "E acabem os escarneos que até agora fizeram delle os do conselho de Portugal". *Idem*, p. 333.
[97] Manuel Moreira Pita. *Poema africano*. Cadiz: por Juan de Borja, 1633, [fl. 2].
[98] Rafael Valladares. *"Por toda la Tierra". España y Portugal: globalización y ruptura (1580-1700)*. Lisboa: CHAM, 2016, pp. 161-162.

monarca Filipe III de Portugal e IV de Espanha. No seu *Discursos sobre los comercios de las dos Indias* (1622), à semelhança de outros autores, Solis confere outro nome ao espaço em que é apresentada a dedicatória, chamando, por outro lado, de "Prologo del avtor dirigido al Rey Catolico de las Españas, don Felipe IIII". Uma dedicatória curta e breve, pouco menos de duas páginas, reforça o zelo do autor em sua busca pelo "bem comum" da Monarquia Espanhola.[99]

Semelhante configuração, ou falta de padronização, aparece em sua *Alegación* (1628), que intitula o espaço da dedicatória de "Al excel.mo señor Don Gaspar de Gvzman, Conde Duque, Gran Chanciller, &c".[100] Solis destaca a urgência com que o monarca juntou "tantos Ministros y Consejeros", bem como o crescente número de pareceres "admitidos a la consulta de negocios publicos".[101] Nas duas obras, Solis reforça a urgência e necessidade da criação de uma companhia de comércio luso-castelhana, aos moldes das inglesas e neerlandesas, para combater e contornar os prejuízos causados pelos concorrentes. Tanto que a sua primeira obra é marcada pela afirmação constante, e categórica, da superioridade do comércio sobre as armas, sendo o primeiro a base que sustenta a Monarquia Hispânica.[102]

Ao conde-duque serão dedicadas diversas obras que versam sobre questões relativas ao império ultramarino, centralmente a partir da década de 1620. Essa época é marcada pela prolífica produção arbitrista, em que diversos indivíduos, de diferentes origens, passam a participar dessa produção discursiva que acompanha o pendor reformista inaugurado na época de Filipe II de Portugal e acentuado como política régia na época do conde-duque.[103]

Por fim, cabe destacar que, até os anos finais da inserção de Portugal na Monarquia Hispânica, houve autores que optaram por dedicar e direcionar suas obras aos conselheiros do rei — comumente apresentando propostas ou queixas. Em 1635, Manuel Tomás publica o seu poema épico *Insvlana*, obra que se apresenta como uma narrativa do descobrimento da Ilha da Madeira, aos moldes camonianos. A obra insere-se em um movimento mais amplo da produção escrita e literária portuguesa, que, acentuado após a união dinástica, é marcado

[99] Duarte Gomes Solis. *Discvrsos sobre los Comercios de las Indias*. [*S. l.*: *s. n.*], 1622, [fl. 3-3v].
[100] Duarte Gomes Solis. *Alegación en fauor de la Compañia de la India Oriental y comercios vltramarinos*. [*S. l.*: *s. n.*], 1628, [fl. 2]. As propostas contidas no novo livro se justificavam pelo agravamento da situação das Índias Orientais, considerando especialmente a tomada de Ormuz por forças anglo-persas em 1622 e o agravamento das hostilidades causadas pela Companhia das Índias Orientais neerlandesa (VOC).
[101] Duarte Gomes Solis. *Alegación en fauor de la Compañia de la India Oriental y comercios vltramarinos, op. cit.* [fl. 2v].
[102] Duarte Gomes Solis. *Discvrsos sobre los Comercios de las Indias*, *op. cit.*
[103] Anne Dubet e Gaetano Sabatini. "Arbitristas. Acción política y propuesta económica". In: José Martínez Millán e María Antonieta Visceglia. *La monarquía de Felipe III. La corte (vol. III)*. Madrid: Fundación MAPFRE, 2009, pp. 867-870.

por um constante lamento de certa "negligência" literária e política que as demais regiões do império ultramarino passam em relação às Índias Orientais.[104]

Assim como feito por autores que buscaram chamar a atenção da fama, do rei e de figuras governativas para regiões como o Estado do Brasil e o Norte de África, também Tomás espera que, "aceitando" o mecenas a sua obra, as musas "divulguem a Fama de tam gloriosas Partes como Portugal em V. S. reconhesce, & às que mais nos prometẽ as esperãças de taõ prudẽtes annos".[105] A obra é dedicada, por sua vez, a D. João Gonçalves da Câmara, "do Conselho del Rey Nosso Senhor" — título que antecede a nobiliárquica: 4º conde de Calheta. Na busca do autor por sanar a "negligência" literária referente à Ilha da Madeira, bem como prezando pelo crescimento político da região, o autor dedica sua obra a quem possa servir tanto como mecenas como interlocutor privilegiado que o ouça e interceda em seu favor.

Considerações finais

Percebemos como, até meados da década de 1630, estava enraizado o papel político dos discursos escritos com o intuito de aconselhar, bem como o peso do conselheiro e a função do Conselho na estrutura administrativa régia. Frente a essas configurações políticas e discursivas, os autores da época não pouparam esforços — muito menos os retóricos e "literários" — para se fazerem ouvir e terem os seus papéis lidos por figuras da alta política.

Os vice-reis, governadores e conselheiros régios eram pessoas visadas, sejam como os destinatários finais a quem se pretende alcançar os discursos, seja como intermediários para alcançar outras figuras, como o próprio monarca. A escrita de livros, tanto impressos quanto manuscritos, não foi a única forma pela qual os autores buscaram se fazer ouvir, recorrendo, como de costume, ao envio de "papéis" de formas e estilos diversos, contendo propostas e projetos de cunho econômico e político.[106]

Tendo em vista o foco nos indivíduos escolhidos como mecenas ou dedicatários de uma parcela das obras produzidas durante o Período Espanhol, vimos como o uso do espaço comumente reservado aos paratextos das dedicatórias, relativamente padronizadas no período dos romances de Gérard Genette, apresentaram-se multifacetadas em seus estilos, funções e usos. Essa relativa heterogeneidade impede-nos de considerar uma unidade estática com características fixas como a dedicatória, especialmente aplicada na Época Moderna. É difícil tanto considerá-la uma categoria de análise trans-histórica,

[104] Arthur Feller Rigaud Cardoso. *O doce do açúcar e o perfume das especiarias*, *op. cit.* pp. 123-144.
[105] Manoel Thomas. *Insvlana.* Amberes: Em Caza de Ioam Mevrsio Impressor, 1635, [fl. 2].
[106] Anne Dubet e Gaetano Sabatini. "Arbitristas. Acción política y propuesta económica", *op. cit.*; José Antonio Martínez Torres. "Politics and Colonial Discourse in the Spanish Empire: The African Atlantic Possessions, 1575–1630", *op. cit*.

como apontado anteriormente, quanto como um gênero discursivo firmemente preso às convenções retóricas de cada período, com uma padronização totalizante e inescapável de sua forma e uso.

Não se pretendeu, com o presente estudo, afirmar ser a dedicatória espaço único e exclusivo de propostas políticas, nem que a escolha de conselheiros ou figuras ligadas ao governo régio (como vice-reis, governadores ou o próprio monarca) como dedicatários era sempre sinônimo de intenção ou intervenção política. A partir da breve seleção de textos, atentando-se tanto ao conteúdo dos discursos quanto aos indivíduos cujas obras foram dedicadas e direcionadas, objetivou-se apresentar as dedicatórias como um espaço mais amplo, de maior liberdade autoral, capaz de expressar importantes elementos das relações políticas e sociais no Portugal moderno. Dito dessa forma, o estudo dos paratextos, como as dedicatórias e preâmbulos, mas não apenas, apresentam-se cada vez mais como um elemento de importância fundamental para a análise histórica dos discursos, ao lado de suas respectivas conjunturas políticas e relações sociais, estruturantes da cultura escrita na Época Moderna.

Referências

ALBUQUERQUE, Martim de. *Um percurso da construção ideológica do estado: a recepção lipsiana em Portugal: estoicismo e prudência política*. Lisboa: Quetzal, 2002.

ARRAIS, Amador. *Dialogos*. Coimbra: Na Officina de Diogo Gomez Lovreyro Impressor da Vniversidade, 1604.

AVEIRO, Pantaleão. *Itinerario da Terra Santa e suas particularidades.* Lisboa: em casa de Simão Lopez, 1593.

BARBOSA, Saulo Vinicius Souza. "'Ao muito alto e excelente senhor...': um estudo sobre as dedicatórias quinhentistas". *Intelligere*, 17 (2024), pp. 138-168.

BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BODIN, Jean. *Os seis livros da República: livro primeiro*. São Paulo: Ícone, 2011.

BONCIANI, Rodrigo Faustinoni. "Os irmãos Coutinho no Atlântico: Escravidão, governo e ascensão social no tempo da monarquia hispânica". *Revista Latino-Americana de Estudos Avançados*, 1 (2016), pp. 158-172.

BOTERO, Giovanni. *Da razão de Estado*. Coimbra: INIC, 1992.

BRANDÃO, Luis Pereira. *Elegiada*. Lisboa: Manoel de Lyra, 1586.

BRANDÃO, Luis Pereira. *Elegiada.* Lisboa: Na Of. de Joze da Silva Nazareth, 1785.

CARDIM, Pedro. "As Cortes de Portugal e o governo dos 'territórios ultramarinos' (séculos XVI-XVIII)". In: XAVIER, Ângela Barreto; SILVA, Cristina Nogueira da (orgs.). *O governo dos outros: poder e diferença no império português.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016, pp. 437-465.

CARDOSO, Arthur Feller Rigaud. *O doce do açúcar e o perfume das especiarias: discursos políticos sobre os Estados do Brasil e da Índia na Monarquia Hispânica*. Dissertação de Mestrado em História: Universidade Federal de Pernambuco, 2024.

CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. "O livro antes do livro: os discursos laudatórios como exórdio das antologias poéticas seiscentistas". *Texto poético*, 2 (2005), pp. 58-69.

CENTURION, Rejane. "Dedicatórias em obra do século XVI: indícios de marcas autorais". *Revista da ABRALIN*, 16 (2017), pp. 415-447.

CERQUEIRA, André Sekkel. *A donzela alada: reflexões sobre a retórica e história em Portugal no século XVII.* Dissertação de Mestrado em História: Universidade de São Paulo, 2017.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVIII). Ofícios, regimentos, governação e trajetórias.* São Paulo: Annablume/FAPEMIG, 2009.
COUTINHO, D. Gonçalo. *Discvrso da iornada de D. Gonçalo Covtinho à villa de Mazagam e seu governo nella*. Lisboa: Por Pedro Craesbeeck Impressor del Rey, 1629.
COUTO, Diogo do. *O soldado prático.* Coimbra: Angelus Novus, 2009.
COUTO, Diogo do. *Tratado de todas as cousas socedidas ao valeroso capitão Dom Vasco da Gama primeiro Conde da Vidigueira: Almirante do mar da India: no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente: e de todas as vezes que ha India passou: e das cousas que socederão nella a todos os seus filhos. Dirigido a Dom Francisco da Gama Conde da Vidigueira Almirante do mar Indico e visorrei da India*, Biblioteca Nacional de Portugal, Fundo Geral, cód. 462.
CRUZ, Maria Leonor García da. *Os «fumos da Índia»: uma leitura crítica da Expansão Portuguesa.* Lisboa: Edições Cosmos, 1998.
CUNHA, Mafalda Soares da. "Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640". In: FRAGOSO, João Fragoso; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na Trama das Redes. Política e negócios no Império Português. Séculos XVI-XVIIII*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010, pp. 117-154.
DADSON, Trevor J. *Diego de Silva y Mendoza, poeta y político en la corte de Felipe III*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2011.
DIAS, Isabel Barros. "Os primórdios do reino de Portugal. Argumentação e Política no 'Diálogo Segundo', de Pedro de Mariz". *Limite: Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonía*, 10 (2016), pp. 77-107.
DUBET, Anne; SABATINI, Gaetano. "Arbitristas. Acción política y propuesta económica". In: MILLÁN, José Martínez; VISCEGLIA, María Antonieta. *La monarquía de Felipe III. La corte (vol. III)*. Madrid: Fundación MAPFRE, 2009, pp. 867-870.
ELLIOTT, John. *Spain and it's World: 1500-1700.* New Haven: Yale University Press, 1989.
FRANCÊS, Manoel Bocarro. *Anacephaleoses da Monarchia Luzitana.* Lisboa: por Antonio Alvarez, 1624.
GAMA, Maria Luísa Marques da. *O Conselho de Estado no Portugal restaurado: teorização, orgânica e exercício do poder político na corte brigantina (1640-1706)*. Dissertação de Mestrado em História Moderna: Universidade de Lisboa, 2012.
GENETTE, Gérad. *Paratextos editoriais*. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.
GIEBELS, Daniel Norte. *A relação entre a Inquisição e D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa (1586-1625)*. Dissertação de Mestrado em História Moderna: Universidade de Coimbra, 2008.
GIL PUJOL, Xavier. "Las fuerzas del rey. La generación que leyó a Botero". In: RIZZO, Mario; RUIZ IBAÑEZ, José Javier; SABATINI, Gaetano (coord.). *Le forze del príncipe: recursos, instrumentos y límites en la practica del poder soberano en los territorios de la monarquía hispánica: Actas del seminario internaciona*. *Pavia, 22-24 septiembre del 2000. Tomo II.* Murcia: Universidad de Murcia Servicio de publicaciones, 2004, pp. 969-1022.
HILÁRIO, Ana Teresa. *O Conselho da Índia e o seu papel no provimento das principais fortalezas do Índico (1604-1614)*. Dissertação de Mestrado em História: Universidade Nova de Lisboa, 2017.
LACERDA, Bernarda Ferreira de. *Hespaña Libertada*. Lisboa: en la oficina de Pedro Crasbeeck, 1618.
LEMOS, Jorge de. *Hystoria dos cercos qve em tempo de Antonio Monis Barreto governador que foi dos estados da India, os Achens & Iaos puserão à fortaleza de Malaca, sendo Tristão Vaz da Veiga capitão della.* Lisboa: Em casa de Manoel de Lyra, 1585.
LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago. *La Revolución de 1640 en Portugal, sus fundamentos sociales y sus características nacionales. El Consejo de Portugal, 1580-1640.* Tese de Doutorado em História: Universidad Complutense de Madrid, 1986.

MACEDO, Jorge B; RAU, Virgínia. "Da biografia e obra de Pedro de Mariz". In: MARIZ, Pedro. *História da Vida, Milagres e Canonização do Bemaventurado S. Hyacintho da Ordem dos Pregadores.* Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1965, pp. 7-23.
MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio.* São Paulo: Martins Fontes, 2007.
MARAVALL, José Antônio. *A Cultura do Barroco: Análise de uma Estrutura Histórica.* São Paulo: Edusp, 2009.
MARIZ, Pedro de. *Dialogos de Varia Historia*. Coimbra: Na Officina de Antonio de Mariz, 1594.
MARIZ, Pedro de. *Dialogos de Varia Historia*. Coimbra: Na officina de António de Mariz, 1597.
MENDONÇA, Agostinho de Gavy de. *Historia do famoso cerco, qve o xarife pos a fortaleza de Mazagam*. Lisboa: em casa de Vicente Aluarez, 1607.
OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II de cognome "O Pio"*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2008.
PÉCORA, Alcir. "A história como colheita rústica de excelências". In: PÉCORA, Alcir; SCHWARTZ, Stuart B. (orgs.) *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676).* São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 47-65.
PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros: Novamente Descoberta e Aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage*. 2. ed. São Paulo/Campinas: Editora da Universidade de São Paulo/Editora da Unicamp, 2018.
PÉREZ GONZÁLEZ, Andrea M. *Leer el libro desde sus paratextos: censura, crítica y legitimación en la literatura novohispana (siglos XVI-XVIII)*. Madrid: Iberoamericana - Vervuert, 2022.
PEREIRA, Giovani Dias. "Dilemas historiográficos sobre a decadência de um império: o "ocaso" do Estado da Índia (séc. XVI e XVII)". *Aedos*, Porto Alegre, 22 (2018), pp. 285-309
PITA, Manuel Moreira. *Poema africano*. Cadiz: por Juan de Borja, 1633.
SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580 – 1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
SEABRA, Ana Dulce. "Frei Adeodato da Trindade, editor e censor de Couto". In: LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (orgs.). *Diogo do Couto: história e intervenção política de um autor polêmico.* Lisboa: Edições Húmus, 2019, pp. 117-144.
SILVEIRA, Francisco Rodrigues. *Memórias de um Soldado da Índia. Compiladas de um manuscrito português do Museu Britânico por A. de S. S. Costa Lobo.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1877.
SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
SOLIS, Duarte Gomes. *Alegación en fauor de la Compañia de la India Oriental y comercios vltramarinos*. [*S. l.*: *s. n.*], 1628.
SOLIS, Duarte Gomes. *Discvrsos sobre los Comercios de las Indias*. [*S. l.*: *s. n.*], 1622.
SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587.* 9. ed. Recife: FJN, 2000.
SUBTIL, José Manuel. "A administração central da coroa". In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.). *História de Portugal, vol. 3: No alvorecer da modernidade (1580 – 1620).* Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp. 75-89.
THOMAS, Manoel. *Insvlana*. Amberes: Em Caza de Ioam Mevrsio Impressor, 1635.
TORRES, José Antonio Martínez. "Politics and Colonial Discourse in the Spanish Empire: The African Atlantic Possessions, 1575–1630". *Anuario de Historia de América Latina*, 51 (2014), pp. 113-149.
VALLADARES, Rafael. *"Por toda la Tierra". España y Portugal: globalización y ruptura (1580-1700).* Lisboa: CHAM, 2016.
XAVIER, Ângela Barreto. "*El Rei aonde póde & não aonde quer": razões da política no Portugal seiscentista*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

Contribuição recebida em: 29 de julho de 2025.
Aceita em: 14 de outubro de 2025.